Ano XXIV nº 6228 – 28 de janeiro de 2020

Entenda o que você vai perder se MP da Carteira Verde e Amarela for aprovada

As principais centrais sindicais brasileiras lançaram uma cartilha que explica todos os direitos que os trabalhadores podem perder se a Medida Provisória (MP) nº 905/2019, do Programa Verde Amarelo, editada pelo governo de Jair Bolsonaro em 11 de novembro do ano passado, for aprovada pelo Congresso Nacional. O principal argumento do governo para aprovar a MP é a geração de empregos para jovens de 18 a 29 anos.

Na cartilha, as centrais rebatem este e os demais argumentos do governo ressaltando ao menos sete direitos e garantias que a classe trabalhadora perderá se a MP for aprovada:

- 1- MP permite contratação sem as garantias da CLT e sem convenção coletiva;
- 2- a redução do percentual depositado no FGTS de 8% para 2%;
- 3- a redução da multa sobre o saldo do FGTS de 40% para 20% nos casos de demissão sem justa causa;
- 4- o parcelamento, em até 12 meses, das férias e do saldo do FGTS;
- 5- a redução do adicional de periculosidade de 30% para 5%;
- 6- a isenção da contribuição previdenciária de 20% para os patrões;
- 7- e ainda deixa de considerar acidentes de trabalho os acidentes que ocorrem no trajeto de casa para o trabalho e vice-versa. Quem se acidentar no percurso perde o direito ao auxílio-doença. **Acesse o link e conheça a cartilha, https://www.diap.org.br/images/stories/cartilha_verdeamarela_centrais.pdf**

De forma simples e didática, a cartilha elaborada pela CUT, CTB, CGTB, CSB, CSP-Conlutas, CTB, Força, Intersindical, Nova Central e UGT, explica que os direitos dos trabalhadores correm sérios riscos.

Como a validade de uma MP é de 120 dias, de acordo com a Constituição, eles têm até o dia 10 de março para aprovar o retrocesso ou impedir mais um ataque à classe trabalhadora. Caso não votem, a medida perde a validade.

Brasil fecha 2019 com o maior rombo nas contas externas em quatro anos

O deficit em transações correntes do Brasil fechou 2019 a 50,762 bilhões de dólares, alta de 22,2% sobre 2018 e no pior dado em quatro anos, afetado pela piora da balança comercial, divulgou o Banco Central, ontem dia 27/01/2020.

O maior rombo das contas externas antes disso havia sido registrado em 2015, quando o deficit foi de 54,472 bilhões de dólares.

O buraco nas transações correntes em 2019 passou a 2,76% do Produto Interno Bruto (PIB), sobre 2,20% em dezembro do ano anterior.

A expectativa do BC era de um deficit em transações correntes de 51,1 bilhões de dólares em 2019, mas com IDP um pouco melhor, de 80 bilhões de dólares.

Bancos eliminam 9.643 vagas somente em 2019

Está claro que a política neoliberal do governo Bolsonaro é para privilegiar apenas o grande capital, sobretudo o financeiro. Criar políticas para proteger os direitos e o trabalho do brasileiro está bem longe de ser uma prioridade. Pelo contrário. A regra é afrouxar a lei para beneficiar as empresas. Resultado: os setores mais lucrativos do país cortam vagas. É o caso dos bancos.

No ano passado, foram eliminados 9.643 postos de trabalho. Somente em dezembro foram menos 680, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Os dados mostram ainda que brusca redução salarial para os contratados. A remuneração média dos admitidos foi de R\$4.564,00 no período. Já dos desligados foi de R\$7.138,00. A desigualdade também continua entre os gêneros. Em 2019, as mulheres contratadas recebiam em média R\$3.893,00. Já os homens admitidos tinham salário médio de R\$5.140,00.